

A ASCENSÃO DO IMAGINÁRIO POLÍTICO CONSERVADOR ENTRE GAYS NA CONTEMPORANEIDADE

MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

BÁRBARA NOVAES MEDEIROS
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

DANUZIO WELITON GOMES DA SILVA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO DE CASTRO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

Agradecimento à órgão de fomento:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Código de Financiamento:
001

A ASCENSÃO DO IMAGINÁRIO POLÍTICO CONSERVADOR ENTRE GAYS NA CONTEMPORANEIDADE

1. INTRODUÇÃO

É notório o crescimento de orientações políticas mais conservadoras e nacionalistas em diversas sociedades na contemporaneidade. Dos Estados Unidos à Índia, passando pela Europa ocidental e países do leste europeu, como Hungria e Polônia. No Brasil, o atual presidente da república foi eleito a partir de uma coalização conservadora, em termos de costumes, e neoliberal, em âmbito econômico. Tais orientações políticas evidenciam o aumento da aversão em relação ao outro, como na relação do europeu com o imigrante, especialmente o muçulmano, e vislumbra-se o fortalecimento de um ideário de raça e de nação, tão presentes em momentos de crise sistêmica ao longo da história. E aversão também a si, ao estabelecerem uma guerra consigo mesmo, devido não se ajustarem às normas sociais (MISKOLCI, 2017).

Neste contexto, cabe questionar como se insere um dos grupos sociais mais discriminados nas últimas décadas: o indivíduo LGBT (Lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Isso não quer dizer que o homossexual, em particular, não tenha sido sistematicamente objeto de violência ao longo dos séculos, mas ainda não havia, de modo delimitado, a figura política do homossexual – conceito relativamente recente, como enunciado por Foucault (1988). Existia o ato homossexual, considerado como crime, doença e pecado, além de serem símbolos de degradação da natureza humana, um ser abjeto, ou seja, “aquilo que é rejeitado e expelido pelo – e do – sujeito” (SALIH, 2015, p. 222).

Como diria Butler (2018a), essa ininteligibilidade social torna estes corpos propensos à violências simbólicas e materiais, o que varia desde o não reconhecimento de suas identidades até violências físicas ante aos desvios. Na Alemanha do terceiro reich, por exemplo, o homossexual tinha o mesmo *status* de aversão que o judeu, devendo ser eliminado, mas não em países conquistados, como a França, pois estes ajudariam no aprofundamento da miséria moral do povo conquistado. “[...] Deu-se o recrudescimento das condenações por homossexualidade e o envio de prisioneiros homossexuais para campos de concentração [...]” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 43). Mais tarde, no momento biopolítico em que eclode a AIDS, em meados da década de 80, o estigma globalizado do “aidético” é imputado ao homossexual, tornando-o novamente uma figura perigosa e ameaçadora ao bom funcionamento da ordem política e social (SIMÕES; FACCHINI, 2009; MISKOLCI, 2017).

Nas últimas décadas, entretanto, a inclusão social de homossexuais tem ocorrido em vários países, sendo um símbolo de modernidade e de sofisticação da sociedade, ao invés de sinal de degradação. Neste contexto de maior inclusão social do indivíduo *gay*, abre-se caminho para o estabelecimento de reflexões e problematizações de um processo que se mostra dialético, tangenciado por vários paradoxos, que nos cabe aqui analisar. Um deles é o fato de que apesar de toda a abertura, o estigma continua arraigado nas pessoas, talvez mais forte do que a própria vontade do indivíduo. É a situação na qual o indivíduo é visto como não habilitado para a aceitação social plena, devido a um atributo profundamente depreciativo, uma característica desviante em virtude do não cumprimento de normas heterossexistas (GOFFMAN, 2012).

Mais forte do que o processo de inclusão, é o fato da discriminação homofóbica estar em suspenso, não eliminada; inclusa no imaginário social sempre pronta a se evidenciar. Um imaginário social sustentado pela norma, que remete ao “homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e essa passa a ser a referência que não precisa mais de nomeação. Serão os ‘outros’ sujeitos sociais que se tornarão ‘marcados’, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência” (LOURO, 2019, p. 18). “À semelhança do negro, do judeu ou de qualquer estrangeiro, o homossexual é sempre o outro, o diferente, aquele com

quem é impensável qualquer identificação” (BORRILLO, 2010, p. 14). Essa marcação, fruto de uma sociedade heteronormativa, impõe um modelo social de como as pessoas se relacionam, fundado no padrão “heterossexual, familiar e reprodutivo” (MISKOLCI, 2017, p. 48).

Neste contexto, como diria Trevisan (2018), são pessoas sempre prontas a serem bodes expiatórios em momentos de crise. Segundo ele, “a homossexualidade inscreve-se como mais um desses reservatórios negativos” (TREVISAN, 2018, p. 22). De certa forma, o que já era analisado por Delumeau (2009), ao analisar a história do medo do ocidente, no que se refere a grupos estigmatizados e responsabilizados por questões não relacionadas a eles, como os judeus na Alemanha após a primeira guerra mundial (GOLDHAGEN, 1996).

É proceder, portanto, à análise da inserção do *gay* em um contexto político pautado em uma perspectiva política considerada à direita, quando não de extrema-direita. Desta forma, o objetivo deste ensaio teórico é o de discutir acerca da inserção de indivíduos *gays* no imaginário político-econômico neoliberal e, conservador em âmbito de costumes, distanciando-se da agenda sociodemocrática, que tem sido historicamente mais voltada para o fomento de políticas inclusivas, em termos de diversidade sexual. O ensaio teórico tem a virtude em ser o início de um debate ainda exploratório, sobre tema pouco estudado no Brasil, de modo a se fomentar pesquisas empíricas de modo a gerar o aumento do conhecimento no campo de estudo ao qual ele se insere. O ensaio teórico possibilita também dar rápida resposta a problemas contemporâneos, antes que surjam pesquisas mais aprofundadas em temas específicos.

O tema é relevante, pois problematiza um fenômeno, que tem sido recorrente não apenas no Brasil, mas também nos Estados Unidos e em países da Europa ocidental. Abre-se a discussão em dois níveis: o primeiro deles na esfera política, em que o indivíduo *gay* deixa-se assimilar por tendências políticas conservadoras, que frequentemente o negam, inclusive em termos de direito à existência; o segundo nível de análise se dá em âmbito da legitimação e enquadramento do indivíduo *gay* na lógica neoliberal, que se mostra isenta de moralidade que não se ajuste a seus objetivos – lógica funcional e utilitarista que oprime trabalhadores e usurpa liberdades individuais, desagregando coletivos e fomentando o individualismo. Neste segundo campo de análise, nos voltamos mais precisamente para o contexto organizacional e a submissão amorosa do indivíduo ao discurso gerencial, que mais o aprisiona do que o emancipa. Ousamos ainda, quando das considerações finais deste artigo, sugerir alguns caminhos que possam ser seguidos para avançar o conhecimento no campo da diversidade sexual tanto no contexto social, quanto no mundo organizacional, especialmente na esfera corporativa.

2. A SUBMISSÃO VOLUNTÁRIA DE GAYS A SEUS ALGOZES

O movimento de emancipação LGBT, em curso de modo mais sistematizado desde o final da década de 60, tendo como marco inicial a resistência política no Village em Nova York, tem vitórias incontestáveis, mas vivencia concomitantemente riscos constantes de retrocessos, especialmente em países que mantêm e ampliam a repressão a homossexuais. A formação de coletivos organizados auxilia na promoção do discurso de respeito à diferença, com base na democracia e em sociedades inclusivas e respeitosas da alteridade. A mídia política *gay* também tem papel relevante neste processo, de fortalecimento da cultura *gay*, especialmente quando estes grupos ganhavam força política, tais como o jornal *O Lampião*, fundado no Brasil em 1978, e o *Gai Pied*, na França em 1979. Forma-se um suporte institucional básico de combate à homofobia e luta pela conquista de direitos, especialmente do direito à vida.

No contexto da luta política contra a discriminação de homossexuais, inclusive em termos de legalidade da própria homossexualidade, a esquerda abre espaço em suas pautas para a inserção do movimento homossexual, mas permeada de um caráter contraditório. Colling (2015) indica que o movimento LGBT europeu, em particular, obteve ampliação de direitos, em decorrência da adesão do país à União Europeia, da união da esquerda em torno da pauta

democrática, e da aliança com diversas associações (mulheres, raça, trabalhadores, etc.). Na França, por exemplo, no início da década de 80, com a eleição de François Mitterrand, “os homossexuais recebem uma mensagem simbólica forte da parte do governo de esquerda: vocês são cidadãos como os outros” (LESTRADE, 2012, p. 10, tradução nossa). Entretanto, há certa aversão a pautas significativas, tais como o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em Portugal, a contradição manifestou-se em torno da pauta do casamento igualitário, quando, embora referendado pelo partido socialista, só foi possível legitimar tal união juridicamente, na medida em que o movimento LGBT interlocutor alinhado ao universo político se resignasse e abdicasse ante à questão da adoção homoparental (COLLING, 2015).

Ou seja, há sempre certo nível de assujeitamento excessivo à ordem moral e também à sexual. De certa forma, a homofobia é estrutural e estruturante. Além disso, como observa Perreau (2018), há toda a lógica do pensamento baseado na reificação das diferenças dos sexos, que acaba sendo defendida por parte da esquerda, especialmente mais próxima da Igreja. Neste sentido, mantêm-se perspectivas reacionárias no contexto da esquerda, mesmo esta, sendo preponderantemente mais aberta a políticas de diversidade sexual. E paradoxalmente, a direita vem abrindo espaço para a participação de homossexuais em seus movimentos políticos, como evidencia Perreau (2018), inclusive com a votação expressiva destes indivíduos em candidatos da extrema-direita.

No Brasil, a aproximação do movimento homossexual ocorre junto à esquerda, sem contudo, a ausência de tensões, pois esta tendência política colocava inicialmente, no contexto de redemocratização, a luta homossexual como menor, quando comparada à luta principal, que seria a do trabalhador, do proletariado, mencionada por Trevisan (2018, p. 335), que exemplifica esta subjugação e discriminação vivenciada por *gays* no contexto do movimento de esquerda, citando os beijos entre homens em evento político em 1982: “um dos líderes do partido veio até o grupo e, com dedo em riste, comunicou que aquilo de homens se beijarem era uma atitude ‘contrária à moral proletária’”. São tensões que ultrapassam tendências políticas e estão arraigadas no imaginário social. Apesar de todas as tensões, é na esquerda que se firma o movimento homossexual, tendo sua agenda assumida por ela (COLLING, 2015).

No que concerne à atualidade, ao se examinar o contexto político brasileiro, verifica-se intensa inclinação para o aumento da intolerância e do conservadorismo em parcela da população. Conservadorismo presente na ideologia da direita política, que procura manter estruturas sociais estabelecidas, “fruto da moral e da ideologia cristã da Idade Média”. A vitória de Bolsonaro é um exemplo deste ambiente propício para políticos desta natureza. Sua campanha proclamava “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” e foi bem aceita por membros da Igreja conservadora (COPELLI, 2020). E não é apenas no Brasil que esta tendência conservadora se evidencia. Hungria, Polônia e Turquia são outros exemplos, assim como a ida para o segundo turno de um candidato à presidência costa-riquenha, basicamente em função de sua perspectiva homofóbica. O sexo, a sexualidade, e especialmente, a homossexualidade detêm a capacidade de influência política de modo ímpar.

Neste contexto, nega-se o reconhecimento jurídico ao homossexual, para que este não tenha a sua orientação sexual no mesmo patamar da heterossexualidade, o que poderia colocar em risco a manutenção da ordem social (MISKOLCI, 2007). Questiona-se a perspectiva de gênero, equivocadamente considerada como ideologia de gênero, como fomentadora da não distinção entre os sexos, censurando inclusive o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas (LIONÇO; ALVES; MATTIELLO et al., 2018). E, em um terceiro momento, há o pânico social quanto à aceitação efetiva da homossexualidade, não apenas enquanto ato em si, mas também em termos comunitários, o que poderia se negar a própria noção de República, assim como poderia desmoronar conceitos estruturados da relação entre os sexos.

Abrir para se pensar em novas formas de relacionamento e de convivência causa temor, inclusive pelo receio da perda do controle dos modos de vida, como aponta Perreau (2018), que

coloca nestes termos: “o medo da homossexualidade e de sua transmissão não se resume a uma aversão individual, mas é fruto de um discurso coletivo, tendo em vista que o homossexual foge do cidadão forjado por um sistema cultural” (PERREAU, 2018, p. 27, tradução nossa). E como pontuado por Weeks (2018, p. 52), “a Igreja e o Estado têm mostrado um contínuo interesse no modo como nos comportamos ou como pensamos”. O Vaticano luta continuamente contra direitos de homossexuais e do ensino da diversidade no contexto escolar.

Há toda a dimensão política na sexualidade que deve ser objeto de atenção e que pode ser analisada a partir da problematização e questionamento da própria naturalização das relações sexuais, o que colocaria:

uma atenção renovada no fato de que a desigualdade de gênero e a opressão sexual não são fatos imutáveis da natureza, mas sim artefactos da história, ajudando a nos fazer lembrar que as estruturas da desigualdade e da injustiça, que tao frequentemente parecem organizar o campo sexual [...] podem, de fato, ser transformadas [...] (PARKER, 2018, p. 183).

Em questões LGBT, o atual presidente brasileiro além de ser conservador, tem histórico de declarações homofóbicas enfáticas, antes de ser eleito, de rejeição ao indivíduo homossexual, seja quanto a indivíduos *gays* nas forças armadas, ao se colocar o homossexual ou o transexual como anormais; de aversão em se ter um casal *gay* como vizinho; de promoção da homossexualidade como desvio de conduta, depravação ou costume nocivo; de insinuação da influência de indivíduos *gays* a pretensos indivíduos heterossexuais; de reprodução do estigma de que o sangue do *gay* seria contaminado com o vírus do HIV; e de apologia à utilização da violência como “cura” da homossexualidade de um filho *gay*, conforme análise dos discursos do então candidato, empreendida por Reis (2018).

Há todo o caráter de aversão à homossexualidade, que se evidencia em um primeiro momento na estigmatização do indivíduo *gay* (GOFFMAN, 2012), a partir do processo performativo de injúria, em que se fortalece o poder daquele que a emite, como muito bem pontuado por Eribon (2008, p. 62), ao refletir sobre questões fundamentais no universo *gay*, inclusive quanto à homofobia, lembrando o quanto “o horror pela homossexualidade é vivaz e violento nos setores mais atrasados da sociedade”. Nas palavras de Louro (2019, p. 36), “como se a homossexualidade fosse ‘contagiosa’”. Aliás, esta postura da homossexualidade enquanto abjeta é percebida nos mais diversos setores sócio-culturais. Ela ganha em intensidade, dependendo do momento histórico específico. E a homofobia deve ser compreendida a partir da lógica da regulação social. Neste sentido, Borrillo (2010, p. 30) diz que, “a homofobia é inconcebível sem que seja levada em consideração a ordem sexual a partir da qual são organizadas as relações sociais entre os sexos e as sexualidades”.

Apesar disso, o presidente eleito conta com eleitores *gays*, como apresentado por Sampaio (2020). A partir de pesquisa não acadêmica, evidencia-se a negação da homofobia de Bolsonaro, assim como a utilização da racionalização enquanto mecanismo de defesa, a fim de se manter o vínculo afetivo com o político idealizado. Depreende-se de tal racionalidade que ela se perfaz como meio para conferir legitimidade supostamente científica a um posicionamento político atravessado por preconceitos (LIONÇO; ALVES; MATTIELLO et al., 2018; REIS, 2018).

Delineia-se o conservadorismo moral homossexual que, por natureza, é paradoxal, como exemplificado na referência realizada ao Papa Emérito Bento XVI, conhecido por suas posições contrárias à homossexualidade. A crítica da sexualidade (gênero) enquanto ideologia, argumento utilizado por grupos conservadores e extremistas, também é citado no contexto idealizado do político citado. É o *gay* macho, potente e viril, em detrimento do estereótipo da bicha efeminada frágil. O masculino contra o feminino. A hegemonia masculina frente à mulher. É o efeito da injúria que se mantém, gerando no indivíduo *gay* aversão a todas as representações sociais que evidenciem a sua identidade. Deste modo, como menciona Eribon

(2008, p. 93), “os indivíduos que pertencem a uma categoria estigmatizada fazem tudo o que podem para se dissociar do grupo constituído pela injúria”.

É um exemplo da aproximação do indivíduo *gay* não apenas da direita, mas também de grupos da extrema-direita, que de modo contraditório, o nega e combate sua própria expressão identitária. Há, como diria Lestrade (2012), a idealização do homem viril. É interessante é que este indivíduo sai do conformismo não para estabelecer a luta contra a desigualdade de tratamento entre cidadãos, mas se empenha na luta que o atinge negativamente. É próximo do pensamento de Perreau (2018, p. 172, tradução nossa), ao afirmar assim que “as minorias são ameaçadas, não é raro que elas procurem se situar o mais próximo do inimigo por uma estratégia antinômica que consiste em procurar vantagem da proteção onde a opressão é mais forte”.

Nos Estados Unidos, difundem-se grupos *gays* conservadores, que além de se declararem republicanos, são defensores de políticos notoriamente anti-*gays*, que inviabilizam a formulação e a implementação de políticas públicas de combate à discriminação, além de defender práticas como a “cura *gay*”. E especialmente a partir da eleição de Trump, houve a ascensão ainda mais forte da presença do nacionalismo no discurso político americano, abrangendo inclusive indivíduos *gays*, mesmo em função das propostas do partido republicano no referido campo. Fortalece-se a identidade do indivíduo com o Estado, de modo a que se enfraqueçam sentimentos de pertencimento a grupos organizados, à comunidade, que diversas vezes é negada como um obstáculo à união nacional. Ainda segundo Perreau (2018, p. 125, tradução nossa), o “militantismo comunitário impediria ascensão à universalidade dos saberes e à representatividade”. E no caso francês, discute-se que o gueto como grupo intermediário, e muito forte nos Estados Unidos, seria uma ameaça cultural à França.

E além do nacionalismo, há a ênfase do empreendedorismo como elemento de fascinação, estabelecendo prioridades para parcela da elite *gay* americana, e estas não estão relacionadas efetivamente com a de direitos *gays*, e muito menos, com a reflexão das relações de trabalho e da opressão do trabalhador no contexto neoliberal. Esta é uma lógica que voltaremos no próximo capítulo, pois é o espírito que mantém o indivíduo *gay*, empregado em grandes empresas, mais preocupado em estabelecer vínculos fiéis, inclusive e preponderantemente afetivos, em relação a elas, do que se fazer minimamente sujeitos, voltado para o desenvolvimento de caminhos emancipatórios, seja no nível individual ou social.

Quanto ao nacionalismo, em diversos países da Europa Ocidental, *gays* começam a se enfileirar em propostas racistas, como as que discriminam muçulmanos, preocupados basicamente com a manutenção de seu *status quo*. Na última década, a extrema-direita francesa tem se aproximado do indivíduo homossexual, utilizando o discurso da aversão aos muçulmanos, que seriam perigosamente homofóbicos. Busca-se a aproximação ao eleitorado LGBT, “fomentando o medo das leis religiosas que substituiriam às leis da República” (LESTRADE, 2012, p. 30, tradução nossa). O medo como ferramenta de controle social, marcado por temor e por pressão social para mudança social, é lembrado por Miskolci (2007) como “pânico moral”. Uma grande ferramenta de dominação política que pode associar-se a correntes religiosas (COPELLI, 2020; LIONÇO; ALVES; MATTIELLO et al., 2018).

No Brasil, há progressivamente a cooptação da esfera religiosa ao Estado laico, em um movimento populista que caminha para extremos, no sentido de se minimizar ao máximo os direitos LGBT (LIONÇO; ALVES; MATTIELLO et al., 2018), inclusive sob os auspícios da bandeira nacionalista, também muito difundida pela extrema-direita francesa. Como diria Lestrade (2012), o *gay* francês se torna mais do que nunca um homonacionalista, negando uma expressão identitária internacionalizada entre *gays* pelo mundo afora. Deve-se salientar que o homonacionalismo vem sendo compreendido como a justaposição entre a ideologia nacionalista e a busca pelos direitos por parte da comunidade homossexual (DAVIDSON, 2013). Copelli (2020 p.112) afirma que umas das causas da cooptação de membros da comunidade LGBT para ideologias que ataquem características de si mesmo é o medo, “do

outro, do diferente, e de aspectos de nós mesmos que a moral de algumas religiões condena e ensina a condenar”. O autor acrescenta que “ao instigar o medo no sujeito, e, principalmente, um medo de si próprio, consegue-se cooptá-lo para qualquer coisa” (COPELLI, 2020, p. 113).

Comunga-se de valores estranhos a uma determinada cultura, mas que prometem protegê-los de um inimigo comum. Perreau (2018) problematiza a utilização destas expressões tais como homonacionalismo, homoneoliberalismo, dentre outras, mas sem, contudo, negar a importância do conteúdo de tais conceitos. Diz ele, “o fato de certos *gays* e lésbicas contribuírem a políticas racistas e imperialistas não permite demonstrar que exista ou não, uma correlação ontológica com a categoria homossexualidade a ponto de se justificar a utilização do termo guarda-chuva homonacionalismo” (PERREAU, 2018, p. 183, tradução nossa).

É um posicionamento próximo ao de Eribon (2008), a partir do olhar *queer*, que teme o fato de que a posição de certas pessoas do movimento LGBT possam ser vistas como sendo do movimento como um todo. Além disso, o autor questiona se “certas pessoas LGBTI defendem políticas conservadoras, nada se permite afirmar que estas posições são intrinsecamente guiadas por sua orientação sexual” (PERREAU, 2018, p. 178, tradução nossa).

Na França, a participação do eleitorado LGBT nos números da extrema-direita são alarmantes, especialmente entre os mais jovens, mesmo que não tenham nada a oferecer efetivamente ao indivíduo *gay*, pois são baseados em uma perspectiva cristã conservadora. Dessa forma, a religião está paradoxalmente nas duas pontas da questão. Estes eleitores ingenuamente “imaginam que a homofobia que eles acreditam serem vítimas será resolvida por um partido que a utiliza” (LESTRADE, 2012, p. 38, tradução nossa). Além disso, em busca de pertencimento entre os considerados mais fortes e viris, eles assumem preconceitos. O mesmo pode ser visto no Brasil destes anos 2020: idealiza-se um poder, que se julga ser forte e que o domine; mas que também o envolva afetivamente.

Na Holanda, país que no início do movimento *gay* foi o mais aberto da Europa, inclusive em termos do casamento *gay*, vivenciou o crescimento da extrema direita racista e islamofóbica, inclusive com o apoio de parcela do eleitorado *gay* e, tendo um *gay* como um de seus principais líderes (LESTRADE, 2012). O mundo árabe é apresentado como altamente homofóbico, sem espaços para resistência, devendo ser combatido, inclusive em termos de multiculturalismo nos espaços políticos ocidentais. A aversão LGBT frente ao universo muçulmano cresce à medida em que o discurso anti-*gay* é reforçado, sem que haja análise mais abrangente da questão. O efeito imediato é uma minoria afastando-se de outras.

Na verdade, há várias décadas em que negros e imigrantes árabes têm estabelecido locais específicos de interação, para evitar o racismo da comunidade *gay* branca. Entra-se aqui na própria perspectiva da interseccionalidade, desestimulando ativistas LGBT frente às atitudes discriminatórias e racistas de parcela significativa do mundo *gay*. Questiona-se a luta anti-homofobia, pois quem é objeto desta, age do mesmo modo para com outros grupos minoritários, representados negativamente em âmbito da mídia, tanto quanto indivíduos *gays* o foram e ainda são ao longo das últimas décadas (BORRILLO, 2010). É fundamental se compreender a representação social que grupos minoritários são submetidos, no processo de reorientação das relações humanas e do multiculturalismo.

Um conjunto de justificativas plausíveis em termos de o indivíduo *gay* caminhar para agrupamentos políticos mais à direita, refere-se ao consumismo; ao individualismo; à perda da ideia do bem-comum; ao desprezo pelo trabalho comunitário voltado para a pauta LGBT; à crença de que os direitos já foram arraigados, não havendo riscos de retrocessos; o que é um grande equívoco, pois a homofobia, a aversão à homossexualidade (BORRILLO, 2010), está de tal modo internalizada nas pessoas, que a possibilidade de perdas de direitos, especialmente em momentos de crise não pode ser negligenciada. A falta do trabalho coletivo e contínuo de combate ao preconceito e à discriminação por orientação sexual abre espaços para o revigoramento de mentalidades anti-*gays*. Um trabalho coletivo que é esquecido, em função de

se estar auto-centrado por parte de parcela significativa de LGBT. Como diria Lestrade (2012, p. 54, tradução nossa), “estes gays e lésbicas têm também entendido que suas carreiras passam por uma forma de individualismo, pelo abandono da ideia de uma política comunitária”.

O comunitarismo é rechaçado e cede espaço à lógica nacionalista, em que o indivíduo deixa de se fazer reconhecer enquanto coletivo, que necessita de políticas que venham ao encontro de sua dignidade, e amplia sua aversão quanto ao comunitarismo de grupos étnico-culturais específicos, em especial de todos aqueles que se distanciam cultural e religiosamente de sua filiação cultural.

3. A ADERÊNCIA DE GAYS AO IDEÁRIO NEOLIBERAL NAS ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Pesquisas em diversidade sexual no contexto sócio-organizacional são muito bem-vindas, por abarcar identidades não hegemônicas, indivíduos LGBTs (POMPEU; SOUZA, 2018). O estudo seminal, em âmbito nacional, que estimulou o debate sobre a diversidade e a identidade *gay* foi o de Siqueira e Zauli-Fellows (2006). Caproni Neto, Saraiva e Bicalho (2014) apontaram que os debates em diversidade sexual no trabalho e nas organizações, relacionados à homossexualidade, são mais associadas à homofobia e à violência nas organizações, no consumo por homossexuais e em questões que envolvem masculinidades hegemônicas. Para Pompeu e Souza (2018), esse debate tem envolvido também a voz das pessoas que sofrem essa discriminação e as dificuldades de promoção que elas enfrentam para ascender na carreira. Essas temáticas têm permeado as pesquisas acadêmicas críticas, intrigadas com a visibilidade que a diversidade tem alcançado nas organizações e com seus possíveis desdobramentos discursivos e ideológicos.

A diversidade é um tema em evidência nas organizações produtivas, ao menos em termos de discurso, e talvez não com a mesma ênfase, na ação propriamente dita. Um estudo neste sentido refere-se ao de Saraiva e Irigaray (2009), que, ao pesquisarem com empregados dos escritórios do Rio de Janeiro e de São Paulo de uma multinacional da tecnologia, verificaram o quanto o plano de diversidade da empresa é estático, sem influência em suas relações socioprofissionais, que continuavam inalteradas em termos de discriminação, especialmente via humor. Indaga-se se não haveria pouca efetividade dos planos de diversidade organizacional, especialmente pela falta de interesse da alta cúpula em punir casos de homofobia, sexistas ou racistas no trabalho. Os resultados do estudo de Siqueira, Saraiva, Carrieri et al. (2009) sobre as formas de violência moral no trabalho envolvendo homossexuais masculinos sinalizaram para um contexto de violência explícita e velada, assim como de omissão dos superiores hierárquicos em relação a tais situações. Uma violência que pode se dar em nível simbólico, comprometendo as relações sociais e a saúde psíquica dos empregados.

Dentre as diversas justificativas que colocam em evidência a diversidade nas organizações, enumeram-se as seguintes: ampliar sua reputação/imagem institucional; adequar-se às exigências do mercado; ampliar sua atuação em nichos específicos; estar de acordo com o avanço da empatia social em políticas inclusivas; melhoria do clima organizacional e de times de trabalho; aumento do comprometimento e engajamento organizacional; melhoria do desempenho; aumento da produtividade e alcance das metas organizacionais (NKOMO; COX JR., 1999). São todas elas, em nível funcional e adequando-se à própria natureza das empresas, com fins de projetar boas imagens sociais e conseguir admiração do mercado e dos consumidores (SARAIVA; IRIGARAY, 2009).

Importante mencionar que estas políticas devem ser analisadas, quanto a seus vários limites, que esbarram nas crenças e valores individuais, especialmente de fundo religioso, ou seja, de um lado, as políticas definidas institucionalmente, e de outro, as atitudes de pessoas consideradas isoladamente, em que crenças religiosas e valores morais arraigados, inclusive em

termos de moralidade sexual, impedem na prática o sair do armário do indivíduo *gay* no contexto de trabalho (CAPRONI NETO; SARAIVA; BICALHO, 2014). O armário é um dispositivo de regulação da vida de *gays*, uma estrutura opressora e indicativa de homofobia ao conceber visibilidade e hegemonia de valores aos heterossexuais (SEDGWICK, 2007). Regime de controle da sexualidade importante para se pontuar aqui, considerando que “não falar dessa repressão é incorrer em um ‘paradoxo estéril’” (FOUCAULT, 1988, p. 14).

Aqui, nossa análise se dá a partir da lógica da submissão, não somente à empresa e a seu discurso, mas também ao que atravessa as relações produtivas, em termos de imaginário, crenças e valores (SIQUEIRA, 2009). Questiona-se de um lado a efetividade de políticas de diversidade sexual nas empresas, e por outro, indaga-se se estas políticas, quando existem de fato, podem ser instrumentalizadas em termos de controle amoroso, de gestão da afetividade do empregado. E esse controle, “se soma às outras formas de controle organizacional” (SIQUEIRA, 2009, p. 20). Consequentemente, “o indivíduo permite que a organização esteja intensamente presente em sua vida” (SIQUEIRA, 2009, p. 93). “Ele se torna um parceiro da organização (SIQUEIRA, 2009, p. 104). Isso porque a literatura funcionalista em diversidade enfoca como um dos principais efeitos dos planos de diversidade, o maior comprometimento e desempenho do indivíduo afetado por estas políticas (NKOMO; COX JR., 1999).

Um elemento importante para nossa discussão refere-se justamente a esta possível ampliação dos esforços para melhoria do desempenho para o alcance de objetivos organizacionais crescentes, de indivíduos *gays* que trabalham em organizações que contam com políticas de diversidade voltadas para empregados LGBT. De um lado, é louvável o desenvolvimento de tais políticas, sendo muito necessárias. Em outra dimensão, há de analisar criticamente as relações de poder que passam a se reordenar nestes locais. Os jogos de poder são complexos e vão além da mera imposição, envolvendo o desejo dos indivíduos para que haja internalização dos valores organizacionais (SIQUEIRA, 2009). Todos os efeitos disso devem ser problematizados, sem que se venha em nenhum momento a jogar fora a criança, juntamente com a água da bacia.

São então dois pontos que merecem destaque aqui nesta discussão. O primeiro diz respeito à não criticidade da lógica neoliberal, do *pink money* e da banalização de certa inclusão do indivíduo LGBT, e o segundo refere-se à necessidade de não se perder o espírito crítico no contexto do trabalho, mantendo sempre atenção frente aos diversos mecanismos e dispositivos de poder e de controle no ambiente organizacional. Não é pelo fato de determinada empresa desenvolver um programa de diversidade sexual LGBT, que há necessidade, como contrapartida por parte do empregado, de uma entrega acrítica à cultura organizacional e que possa levá-lo ao assujeitamento frente a um poder hegemônico, termo este que ao lado do processo de subjetivação, é caro à teoria *queer*.

A demanda *queer* é pelo “desejo que resiste às imposições culturais dominantes” (MISKOLCI, 2017, p. 69). Resiste ao poder regulador de condutas e comportamentos nas organizações. O olhar *queer* implica em reflexividade crítica como veículo para mudança discursiva e social. Uma reflexividade que talvez seja perigosa ao contexto organizacional produtivo, acostumado e sustentado pelo assujeitamento do indivíduo. Servos fiéis. Isso foi lembrado por Siqueira (2009), quando o autor afirmou que a empresa, mesmo ligada à inovação, tende a temer o pensamento que traga mudanças radicais ou que faça com que o indivíduo não queira mais se submeter às suas regras.

Como dissemos, surge em grandes empresas, nos últimos anos, políticas inclusivas, ao menos no discurso, voltadas para a formação de grupos de afinidade LGBT e também de maior integração com grupos externos à organização, que passa a mostrar-se “efetivamente preocupada com a diversidade, ou seja, com as diversas representações em um contexto específico” (SIQUEIRA; ANDRADE, 2012, p. 101). Grupos organizados em uma variedade de maneiras e para servir a múltiplos propósitos, como o de contribuir para o desenvolvimento

da organização e dos recursos humanos, em uma perspectiva funcional (GITHENS; ARAGON, 2009; SIQUEIRA; ANDRADE, 2012). Fomenta-se a difusão da cultura tolerante em relação à diferença, mas que esta seja submissa a seus próprios interesses corporativos. Esses comportamentos tolerantes são ensinados na organização. Nas palavras de Alves e Galeão-Silva (2004, p. 27) “a diversidade revela a discriminação para, em seguida, ensinar a tolerância”. Há de se lembrar que o indivíduo *gay* sem filhos poderia dispor de mais tempo à empresa, tendo inclusive mais flexibilidade em sua relação com o trabalho.

As relações estabelecidas ocorrem, no contexto limitado de relações dos grupos de afinidades, com pessoas que estão submetidas aos parâmetros específicos de relações socioprofissionais ditados em âmbito do poder gerencialista hegemônico. Desse modo, diversos vetores de poder se entrelaçam, tornando tal dinâmica ainda mais complexa. Neste contexto, a emancipação *gay* pode ser problematizada em relação à emancipação considerada mais genericamente, em que o ser sujeito deveria ser revalorizado e redimensionado.

Esta foi a primeira observação a ser feita nesta seção. O segundo ponto refere-se à lógica do *pink money*, “que, no Brasil, foi marcada pela popularização de negócios classificados como GLS, sigla para *gays*, lésbicas e simpatizantes” (MISKOLCI, 2015, p. 67). Vinculados à interesses mercadológicos, indivíduos LGBT tornam-se consumidores vorazes, estabelecendo a representação do *gay* como cliente desejado. Vale dizer que tal realidade faz parte do grupo limitado de LGBT, mas cria-se o imaginário de mercado acerca da generalização do consumidor homossexual. Esse imaginário, segundo Miskolci (2017, p. 67), tem como intuito estabelecer “um circuito comercial segmentado para um público homossexual socioeconomicamente privilegiado e com aspirações integracionistas”, com fins de expansão e socialização com heterossexuais.

Esta elite LGBT acaba por reforçar mais sua expressão identitária liberal do que em termos de orientação sexual propriamente dita. Preferem serem vistos como homens bem-sucedidos, do que levantar a bandeira do movimento LGBT. Esta, colocada frequentemente em termos pejorativos, como na expressão comum: eu sou *gay*, mas não seguro bandeira. Nega-se uma comunidade que é expressivamente importante em termos de avanços sociais e também organizacionais em termos de inclusão do LGBT, além de sua importância na luta contra a *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (AIDS), por exemplo (MISKOLCI, 2015; COPELLI, 2020).

Essa recusa do meio *gay*, conforme apontado por Miskolci (2015, p. 81) ocorre desde o auge da epidemia de AIDS, “no final da década de 1980 e começo da de 1990, quando buscar parceiros fora do circuito das boates e bares voltadas para homossexuais equivalia a buscar homens com menor probabilidade de estarem contaminados”. Quadro significativo ao revelar contradições históricas do preconceito dentro da própria comunidade *gay*, dos que se afastam do “gueto” como uma forma de legitimação de si ao tentarem parecer “bons cidadãos”. Preferem a adesão à moral ao que deveria ser resistência e luta. Como dito por Copelli (2020, p. 119), o homossexual conservador “luta para manter um mundo que o nega. Luta em uma ação contrarrevolucionária que leva a uma antirresistência, ou seja, luta pela desistência e pela aceitação de todas as injustiças, violências e desigualdades que recaem sobre ele e seus iguais”.

Além disso, como terceiro elemento de análise, há necessidade de se questionar se o liberalismo não se conjuga com um estilo específico do homossexual em que não há espaço para negros, pobres e afeminados. O perfil buscado se adequa mais à representação da dimensão urbana, branca e de estilo do LGBT, negando inclusão aos que saiam destas características. Até mesmo nos bate-papos, sites e aplicativos voltados para a busca de parceiros do mesmo sexo, percebe-se a desqualificação, a “maioria dos perfis tendem a repetir frases como “não sou do meio e procuro alguém como eu” passando por descrições desqualificadoras sobre os outros usuários, em especial aqueles descritos como “afeminados”, “fúteis”, “drogados” ou “passivos”

(MISKOLCI, 2015, p. 80). A esse estereótipo que busca a recusa e o apagamento da “bicha”, Miskolci (2015, p. 84) se refere como “a quintessência do homossexual”.

Catherine Wash, ao discutir a diferença mais centrada na racialização, aponta para a interculturalidade crítica – que questiona a sociedade vigente - como forma de refundar a vida social mais horizontal em contextos subalternos. A ideia é romper com a reinscrição das relações coloniais, ou seja, relações que se ancoram na ênfase (neo)liberal da realização dos indivíduos, utilizando-se de argumentos favoráveis a grupos historicamente excluídos, para assessorar o projeto capitalista que tem domesticado e neutralizado a diferença de seu efetivo significado. Esse processo ocorre por meio da retórica de multiculturalismo, que promove a diversidade e a inclusão, dando erroneamente a entender que promove a dissolução do projeto hegemônico de antes (WALSH, 2009).

Como sustenta Butler (2009), um “eu”, mesmo dando conta de si, não tem história exclusiva que não seja história vivida e compartilhada com um conjunto de relações e normas sociais, para não ser incompleta. Segundo o que a autora defende, é dentro do contexto social e político que se deve refletir a moral e praticar a ética, visto que ética que não respeita singularidade seria violência (BUTLER, 2009). Nesse contexto, que antes de tudo refere-se à ordem política, surge fértil campo de pesquisa que permite maior compreensão acerca de discursos e práticas sobre tal fenômeno, e que se entrelaça no que há de mais forte em nós – a sexualidade –, que, longe de ser apenas da ordem individual, também e principalmente, entra na esfera política, considerada como construção social (BUTLER, 2018a).

Sendo assim, suspender o raciocínio da política de identidade como pressuposto para a elaboração de interesses e empreendimentos da ação política é reconhecer a não necessidade de um agente por detrás do ato, mas construído por este, em que cultura e sujeito se envolvem em construções negociadas no interior das práticas de significação repetitivas, promovendo a possibilidade de novos gêneros que contestem os códigos rígidos dos binarismos hierárquicos, onde as identidades sejam efeitos, logo não totalmente definidas, tampouco falsas ou abusivas (BUTLER, 2008). Esse raciocínio fornece base para a teoria performativa de Butler (2008), segundo a qual a identidade resulta da internalização de lei imposta pela cultura e constituída pela linguagem que põe à mostra o seu caráter contingente, mimético e de encenação (SALIH, 2015). Tal contribuição é importante, principalmente quando se reconhece a política como importante via para esse enfrentamento e o ativismo como meio promotor das alianças que se opõem às forças e aos regimes disciplinadores e reguladores, os quais, como teorizou Butler (2018b), expõem vidas a condições precárias.

Nas organizações essa atividade política pode ser observada nas abordagens radicais/*queer* (GITHENS; ARAGON, 2009), ação de pequenos grupos sociais informais, coletivos e movimentos que clamam por mudanças subversivas. A estrutura não formal permite advogar subversivamente por mudanças explícitas que atendam ao objetivo de rejeitar a concepção binária *gay/hétero*, por exemplo, trabalhando com amplas coalizões e integrando questões sociais mais amplas ao ativismo *queer*. A proposta é reunir os que desconstroem as classificações fixas de identidade (SAMPAIO; GERMANO, 2014) em luta plural não circunscrita de antemão pela identidade, mas em movimento social de alianças que tenha por objetivo se opor às forças e aos regimes disciplinadores e reguladores que expõem vidas a condições precárias (BUTLER, 2018b), produzindo assujeitamentos.

Perguntar como as normas que assujeitam “[...] são instaladas e normalizadas é o começo do processo de não tomar norma como algo certo, de não deixar de perguntar como ela foi instalada e representada e à custa de quem. Para aqueles apagados ou rebaixados pela norma que se espera que incorporem, a luta se torna uma batalha corpórea por condição de reconhecimento, uma insistência pública em existir e ter importância”. (BUTLER, 2018b, p. 44). Importante frisar que esse processo não se dá pela desconstrução da categoria identidade, a qual passa a ser utilizada como operação performativa – modo de nomear o poder que a

linguagem tem de produzir uma nova situação ou de acionar um conjunto de efeitos (BUTLER, 2018b) – a ideia seria irromper identidades essencialistas.

Tendo em vista, os elementos supracitados, o fato é que, mesmo diante de avanços consideráveis, em termos da inclusão do indivíduo *gay* no ambiente de trabalho, identifica-se limites para caminhar na trilha emancipatória, considerando aqui não apenas a dimensão da orientação sexual, mas da coisa em si, da subjetividade em si mesmo. E da própria concepção de identidade sustentada no discurso da diversidade, como colocado por Bendl, Fleischmann e Walenta (2008), como uma forma de reproduzir uma ordem centralizadora pautada em binarismos e concepções de heteronormatividade nas organizações.

Do mesmo modo que a emancipação *gay* não deve ser percebida distante da emancipação compreendida em termos mais amplos, a demanda por direitos *gays* não deveria ser estabelecida distanciando-se da justiça social e do direito à dignidade humana de uma forma ampla. Em âmbito organizacional, seria na concepção de Bendl, Fleischmann e Walenta (2008) direcionar o olhar para diversidade com uma lente teórica *queer*, ao tratar as identidades como performativas, em um movimento de desconstrução das dimensões contraditórias e estáveis da diversidade. Envolvendo-se, assim, em uma força crítica e dinâmica, que ao interrogar o discurso da diversidade, empenha-se na sua transformação e ampliação. Como dito por Louro (2019), somos sujeitos de muitas identidades, transitórias e contingentes. E uma pedagogia *queer* não se limita a uma identidade ou referência, mas é uma estratégia, segundo Louro (2001, p. 552), para se “pensar qualquer dimensão da existência”. É por isso que Rumens, Souza e Brewis (2019, p. 4, tradução nossa, grifos dos autores) mobilizam o *queer* como uma “prática desconstrutiva (isto é, *queering*)” para questionar o que é visto como normal e para subverter a heteronormatividade nas organizações.

Esta é uma das críticas realizadas em âmbito da teoria *queer* e também dos estudos LGBT, e que nos faz refletir quanto aos caminhos do movimento LGBT. A emancipação não se concretiza, de fato, sem a dimensão coletiva, sem o olhar no outro, na mobilização do espírito de amor à alteridade, à diferença, que se estenda além da sexualidade. A luta não deveria se fechar em demandas específicas no universo *gay*, mas sim ampliá-la, a partir desta agenda, para outras esferas em que a relação com o outro é ressignificada, em que não haja espaços para exclusão. Esta universalização é fundamental e não deve se restringir à agenda da teoria *queer*, mas pode e deve estar presente na lógica de trabalho dos estudos LGBT.

Uma universalização pautada na política da diferença com fins de transformação da cultura hegemônica. Para além da diversidade, mas para realmente incorporar, afirmar e reconhecer a diferença ao olhar o outro como parte de todos nós (MISKOLCI, 2017). “A perspectiva da diferença é mais democrática porque nos convida a descobrir a alteridade como parte não reconhecida do que somos, em vez de um atributo ou a identidade de um Outro incomensuravelmente distinto de nós” (MISKOLCI, 2017, p. 55). Seria então, uma perspectiva pautada na “ética de abertura ao outro” (RIACH; RUMENS; TYLER, 2016, p. 2086, tradução nossa), dentro de relações de reciprocidade e reconhecimento.

Em nenhum momento, é colocar em campos opostos os estudos LGBT e a teoria *queer*, como acaba sendo insuflado pelo teórico *queer* Sam Bourcier (PERREAU, 2018, tradução nossa), em que a possível disciplinarização do movimento LGBT seria hegemônica, ou que o primeiro seria limitado e o segundo, universalizado, mas há necessidade em se ampliar o debate e inserir determinadas políticas na agenda do movimento. Há de se mencionar ainda que como a sexualidade é um vetor disciplinar ao regular, normatizar, instaurar saberes e produzir “verdades” sobre os sexos (FOUCAULT, 1988), e no momento em que os estudos LGBT colocam em xeque normas sociais, a heteronormatividade, eles já estão sendo naturalmente não-disciplinados, mas é necessário saber desenvolver estratégias de lutas que não se resumem a simples saída do indivíduo do jogo.

Há a necessidade em se problematizar as normas regulatórias, não apenas em questões relacionadas a sexualidade, mas também em termos das relações de trabalho, das relações socioprofissionais. Questiona-se, porém, se o indivíduo *gay* teria interesse em estabelecer estes questionamentos e buscar brechas emancipatórias, deixando de receber passivamente um discurso que o aprisiona, em diversos níveis de análise. É o que Louro (2001, p. 541) colocaria como desconstrução destes discursos, aqui analisado em nível da sexualidade. Diz ela, “desconstruir um discurso implicaria minar, escavar, perturbar e subverter os termos que afirma e sobre os quais o próprio discurso se afirma”.

O objetivo não é ilusoriamente o de fugir das normas, o que não é possível, mas o de revê-las, repensá-las de acordo com as mudanças sociais que se estabelecem cotidianamente, assim como efeito da luta política na defesa do desejo. A teoria *queer* não deve ser vista enquanto um *corpus* anárquico, simplesmente performativa e que visa a derrocada das normas. A dimensão da transformação social é preponderante e coerente com os próprios propósitos do movimento LGBT. Mesmo que o movimento LGBT seja minoritário enquanto fonte básica, ele se universaliza no momento em que se resgata a necessidade de se problematizar as identidades, as relações entre os sexos, o direito à cidadania, e ter a liberdade e a segurança de não ser alvo de atos discriminatórios e homofóbicos.

A teoria *queer*, assim como os estudos LGBT, enquanto libertatórios e revolucionários, podem servir como inspiração para se refletir sobre a problemática aqui estudada referente à assimilação acrítica do discurso organizacional por parte do indivíduo *gay*. “A teoria *queer* permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação” (LOURO, 2001, p. 550). Nas palavras de Salih (2015, p. 19), “o *queer* não está preocupado com definições, fixidez ou estabilidade, mas é transitivo, múltiplo e avesso a assimilação”. Temos então uma estrutura de conhecimento que permite a reflexão de alternativas de relacionamento tanto entre indivíduos, quanto para com as instituições. Como afirma Perreau (2018, p. 288, tradução nossa), “a teoria *queer* não procura fugir à norma, lógica que reforçaria a potência performativa desta última, mas de modo mais exigente, a desenvolver a arte de não ser totalmente governado. Isto implica de jogar com o fantasma da fuga”.

Questiona-se, portanto, se no ambiente organizacional, há espaço para estas reflexões, que colocam em xeque as estruturas de poder, ou a discussão da diversidade organizacional de modo geral e a diversidade sexual compreendida especificamente, apenas podem ocorrer dentro de determinados limites apregoados por uma rígida cultura organizacional.

A dimensão política se ausenta da vida cotidiana, seja no contexto de trabalho ou não. Há na verdade, a despolitização em prol da lógica neoliberal. A diversidade é compreendida, aceita e valorizada, quando se estabelece a partir do olhar funcionalista e do utilitarismo, tanto que a diversidade se relaciona hegemonicamente a alcance de metas, aumento de produtividade, motivação, clima organizacional e desempenho. É neste contexto que prioritariamente ela é delineada nas organizações, a partir da dimensão estratégica e se relacionando com outras políticas e ações de gestão de pessoas. É um plano de negócios. Neste contexto, interroga-se qual seria o compromisso social deste indivíduo LGBT. Um compromisso com a transformação socio-organizacional e minimização das desigualdades sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O indivíduo *gay* tem, em várias sociedades, se afastado da lógica política emancipatória de transformação social e aberta à diversidade cultural, e ingressado nas propostas de movimentos políticos de direita, não apenas no que se refere ao neoliberalismo, mas também quanto à agenda de costumes. Nota-se certo enquadramento à heteronormatividade hegemônica, seja na busca por reconhecimento social, seja motivado por processos intrínsecos

de conforto psicológico. Na busca por respeitabilidade e aceitação, abre-se mão da própria perspectiva emancipatória. Há tendência de se colocar de modo servil, na expectativa de se evitar a solidão, a exclusão e a instabilidade. Adequar-se à norma, às expectativas sociais e ao grupo torna-se o caminho buscado por muitos e instrumentalizado por grupos políticos específicos. A integração não pode ser confundida com a submissão a modos de vida específicos, ou a perda de diferenças. Pretende-se mais a assimilação do que a integração, aos moldes do que se espera de grupos étnico-culturais minoritários.

Muito além de incluir a diversidade para promover uma imagem politizada socialmente, as organizações poderiam se abrir à diferença, afastando-se da ideia de identidades fixadas, de padrões binários do que se espera como “homem” e “mulher” e de moldes heteronormativos, excludentes. A política da diferença alinhada às demandas *queer* e aberta às identidades e subjetividades performativas, tem amplo potencial para estimular um novo olhar sobre os indivíduos nas organizações. Ela tende a questionar a pretensão comportamental homogeneizante que há nesses espaços. Propõe repensar e ampliar o conceito da diversidade. Abrir-se ao reconhecimento do outro. Um Outro que sou Eu, pois a diferença está em nós e ela não pode ser apagada, mas reconhecida em um outro nível, o de reciprocidade. Esse novo olhar, como diz Miskolci (2017, p. 54), “nos convida a descobrir a alteridade”.

Questiona-se, portanto, se as organizações estão dispostas à afirmação da diferença. E o indivíduo *gay*, ele também está disposto a essa afirmação, considerando que significaria o combate à aversão ao outro e até mesmo à si próprio, ao negar que a diferença não está em si, mas está no outro? E em termos de movimento LGBT e *queer*, a política da diferença poderia ser reconceitualizada com fins de estimular uma luta ampla, pautada na reciprocidade e alteridade? Sobre a política de direita, conservadora e moralmente tradicional, questionamos além da falta de abertura à política da diferença, a abertura ao pensamento crítico e questionar, considerando a massa de fiéis acríticos, que docilizam. Quanto a esse último questionamento, talvez seja necessário ainda se “estranhar sempre”, “suspeitar das coisas e dos sujeitos demasiadamente respeitáveis e intocáveis” (LOURO, 2018, p. 102). E nessa pedagogia, “talvez nos tornemos mais capazes de desarranjá-la, reinventá-la e torná-la plural” (LOURO, 2019, p. 41). É a pedagogia do indignar-se que deveria ser presente aos seus membros.

Esses questionamentos poderiam inspirar novas pesquisas que tenham como missão a pedagogia do indignar-se. Indignar-se, especialmente, com a conformidade dos indivíduos *gays* aos saberes conservadores de direita, que tendem a estimular a negação do outro e de si próprio. É intrigante saber que o que eu sou e que revela muito de mim, é apagado e combatido por mim no outro. Um outro que sou eu. Ele e eu somos nós. Todos temos uma parte do outro. Isso não significa deixar de reconhecer a diferença para afirmar um discurso idílico de igualdade. É romper fronteiras e divisões. É ilógico não se aprofundar nessas contradições em uma sociedade que sustenta a homofobia. Sugere-se o debruçar-se em pesquisas teórico-empíricas, sob pressupostos da crítica não-funcionalista, empenhadas em analisar criticamente a produção e promoção do discurso político conservador para *gays* e entre *gays*. No primeiro, os participantes seriam os representantes da bancada política conservadora. E no último, os participantes seriam os próprios indivíduos *gays*, servos fiéis à direita conservadora. Espera-se com isso, uma abertura à reflexividade crítica da academia e da sociedade civil brasileira.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A.; GALEÃO-SILVA, L. G. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 3, p. 20-29, 2004.

- BENDL, R.; FLEISCHMANN, A.; WALENTA, C. Diversity management discourse meets queer theory. **Gender in Management: An International Journal**, v. 23, n. 6, p. 382-394, 2008.
- BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BUTLER, J. **Dar cuenta de sí mismo**. Violencia ética y responsabilidad. Buenos Aires: Mutaciones, 2009.
- _____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018a.
- _____. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.
- _____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CAPRONI NETO, H. L.; SARAIVA, L. A. S.; BICALHO, R. A. Diversidade sexual nas organizações: um estudo sobre *coming out*. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 8, n. 1, p. 86-103, 2014.
- COLLING, L. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015.
- COPELLI, A. L. Gays de Direita e a Nova Onda Conservadora: a negação de si mesmo e a contradição do conservadorismo nos costumes por parte de membros da comunidade LGBT+. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 1, p. 102-124, 2020.
- DAVIDSON, J. Sporting homonationalisms: Sexual exceptionalism, queer privilege, and the 21st century international lesbian and gay sport movement. **Sociology of Sport Journal**, v. 30, n. 1, p. 57-82, 2013.
- DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**. Tradução de M. T. da C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1988.
- GITHENS, R. P.; ARAGON, S. R. LGBT Employee Groups: Goals and Organizational Structures. **Advances in Developing Human Resources**, v. 11, n. 1, p. 121–135, 2009.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Tradução de M. B. Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- GOLDHAGEN, D. **Os carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o holocausto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LESTRADE, D. **Pourquoi les gays sont passés à droite**. Paris: Seuil, 2012.

LIONÇO, T. et al. Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 599-621, 2018.

LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: _____. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

_____. Teoria *queer*: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria *queer***. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MISKOLCI, R. “Discreto e fora do meio” – Notas sobre a visibilidade sexual contemporânea. **Cad. Pagu**, n. 44, p. 61-90, 2015.

_____. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento *gay*. **Cad. Pagu**, n. 28, p. 101-128, 2007.

_____. **Teoria *Queer*: Um aprendizado pelas diferenças** (Série Cadernos da Diversidade, Vol. 6). Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

NKOMO, S. M.; COX Jr., T. Diversidade e identidade nas organizações. In: CLEGG, R. S.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs). **Handbook de Estudos Organizacionais**, vol.1, p.334-360. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

PARKER, R. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

PERREAU, B. **Qui a peur de la théorie queer?** Paris: SciencesPo, 2018.

POMPEU, S. L. E.; SOUZA, E. M. A produção científica sobre sexualidade nos estudos organizacionais: uma análise das publicações realizadas entre 2005 e 2014. **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 84, p. 50-67, 2018.

REIS, C. A. d. Análise dos discursos do candidato à presidência Jair Bolsonaro sobre a homossexualidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5, 2018, Curitiba, 2018. **Anais...** Disponível em <<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/cbeo/anais2018/ARQUIVOS-resumos/GT1-139-252-20180521000456.pdf>>. Acesso em 03 jul. 2020.

RIACH, K.; RUMENS, N.; TYLER, M. Towards a Butlerian methodology: Undoing organizational performativity through anti-narrative research. **Human Relations**, v. 69, n.11, 2069-2089, 2016.

RUMENS, N.; SOUZA, E. M. d.; BREWIS, J. Queering Queer Theory in Management and Organization Studies: Notes toward queering heterosexuality. **Organization Studies**, v. 00, n. 0, p. 1-20, 2019.

SALIH, S. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SAMPAIO, J. V.; GERMANO, I. M. P. Políticas públicas e crítica *queer*: algumas questões sobre identidade LGBT. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 290-300, 2014.

SAMPAIO, P. “Bolsonaro não é homofóbico, e eu o amo”, diz eleitor gay do presidente. **UOL**, São Paulo, 08 mai. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/paulo->

sampaio/2020/05/08/bolsonaro-nao-e-homofobico-e-eu-o-amo-diz-eleitor-gay-do-presidente.htm >. Acesso em 22 jun. 2020.

SARAIVA, L. A. S., IRIGARAY, H. A. D. Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso?. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 49, n. 3, 2009.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, 2007.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIQUEIRA, M. V. S. **Gestão de pessoas e discurso organizacional**. Curitiba: Juruá, 2009.

SIQUEIRA, M. V. S.; ANDRADE, A. Em busca de uma pedagogia *gay* no ambiente de trabalho. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. **Diversidade sexual no trabalho**. (Eds.). São Paulo: Cengage Learning, p. 99-120, 2012.

SIQUEIRA, M. V. S. et al. Homofobia e violência moral no trabalho no Distrito Federal. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 50, p. 447-461, 2009.

SIQUEIRA, M. V. S.; ZAULI-FELLOWS, A. Diversidade e identidade *gay* nas organizações. **Gestão.org**, v. 4, n. 3, p. 70-81, 2006.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

WALSH, C. “Interculturalidade Crítica e Pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver”. In: CANDAU; V. M. (Org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2009.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.